

A FORMAÇÃO ACADÊMICA DAS MÃES UNIVERSITÁRIAS DO CAMPUS CLÓVIS MOURA: UM OLHAR PARA A QUALIDADE

Teresa Cristina Sousa Amorim. Pedagoga da Sec.
Municipal de Educação do Piauí - SEMEC
Professora formadora II - PARFOR - Universidade Estadual do
Piauí - UESPI
Mestranda em Ciências da Educação - UTIC

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa descritiva e qualitativa que analisou as dificuldades na formação das mães acadêmicas do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí- UESPI - Campus Clóvis Moura, na condição de mães e/ou esposas, trabalhadoras, cujo objetivo central foi investigar as consequências, oriundas do exercício da maternagem na formação acadêmica das mães e ainda na perspectiva de compreender atividades outras atribuídas ao gênero feminino. Como metodologia; pesquisa de campo, questionários e entrevistas foram realizadas com mães dos cursos oferecidos nesta IES nos três turnos de aulas dispostas por esta academia, onde o interesse da pesquisa delimitou as mães acadêmicas que trabalhassem fora e que tivessem filhos em idade de 0 mês a 1 ano de idade, o que se justifica por ser uma idade em que exige da mãe um cuidado mais específico. A partir da análise dos dados obtidos constatou-se que, de fato o papel de esposa e o exercício da maternagem interferem na qualidade da formação das mães acadêmicas do Campus Clóvis Moura. Evidenciou-se ainda que mães optam em não usufruir a licença maternidade para concluírem em tempo hábil o curso. No entanto, a autodeterminação destas mães universitárias superou as adversidades.

Palavras chave: gênero; mulher; mãe; formação acadêmica.

INTRODUÇÃO

Como estudante do Curso de Pedagogia, mãe, esposa e educadora do ensino fundamental, sentia e observava na minha turma as mesmas dificuldades pelas quais eu passava para cumprir com as responsabilidades oriundas do gênero feminino, como exemplo a maternagem, e a conciliação desta aos estudos acadêmicos. Desta inquietação nasceu o desejo de investigar A formação acadêmica das mães universitárias do campus Clóvis Moura: um olhar para a qualidade.

Como marco teórico desta pesquisa foram utilizados autores que discutem as relações de gênero, como, por exemplo, Almeida (1998), que relata a trajetória profissional da mulher na área da educação no Estado de São Paulo no final do século XIX, onde se configurou reflexões e relatos pessoais de vivências e experiências de mulheres da época.

Coleman (1991) aborda a situação do gênero feminino numa sociedade arraigada de tabus e restrições onde é possível analisar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres de uma época totalmente dominada pelo gênero masculino.

Com base nas reflexões de Cardoso (2003), as palavras profissão, independência, autonomia e liberdade fazem parte do universo feminino, das aspirações femininas que ingressam no ensino superior e nessa perspectiva ela transcreve a história e memória de mulheres universitárias em Teresina e as experiências das mesmas na esfera pública e privada na referida cidade nos anos de 1930-1970.

A subjetividade da maternagem para o exercício da atividade docente nas séries iniciais é relatada em Carvalho (1999), onde o cuidado com os alunos perpassa a condição do gênero.

Duas dessas obras contribuíram de forma significativa para a conclusão do referido trabalho, os pensamentos de Castelo Branco (2005) e Bueno (2005). A primeira deu um suporte pessoal, pois retrata o percurso da mulher piauiense; suas lutas, as restrições, imposições, e conquistas realizadas, desde o século XIX e início do século XX. A segunda, Cléria Brittar Bueno, discorre exatamente da ambigüidade, do descompasso em ser; mulher, mãe, esposa, trabalhadora, dentre outras responsabilidades atribuídas ao gênero feminino e os sentimentos dessas mulheres com relação aos filhos e ao trabalho em situações conciliatórias de tempo e espaço.

De que maneira o papel de esposa e o exercício da maternagem interferem na qualidade da formação acadêmica das mães universitárias do Campus Clóvis Moura? Foi o que geriu a pesquisa.

Para identificar os fatores que interferem na qualidade da formação destas mães se fez necessário identificar e compreender as atividades extra-acadêmicas desenvolvidas pelas mães universitárias; os valores de gênero que interferem na formação acadêmica destas mulheres; as dificuldades enfrentadas pela mulher ao ingressar na universidade, na condição de mãe e esposa; os aspectos que dificultam o bom desempenho acadêmico na vida das mães universitárias do Campus Clóvis Moura.

Neste sentido as hipóteses levantadas foram; a) o tempo de estudo das mães do Campus Clóvis Moura interfere na qualidade de sua formação; b) as relações de gênero da forma como são estabelecidas em nossa sociedade interferem no rendimento acadêmico das mães universitárias e c) o papel de esposa e o exercício da maternagem inferioriza a qualidade da formação acadêmica das mães universitárias da UESPI. Dentre as hipóteses supracitadas esta última norteou o presente estudo.

Observou-se no decorrer do curso algumas dificuldades que as alunas/mães tinham, tais como: participar assiduamente das aulas, falta de atenção, atrasos, saídas antes do término das aulas, dentre outras situações que possam de repente ter ocasionado deficiências no ensino aprendizagem. Muitas destas podem ter sido provocadas ainda pelo excesso de trabalho para o gênero feminino e na dupla jornada do mesmo sendo que trabalhando fora de casa, o trabalho doméstico e/ou maternagem ainda a esperavam independentemente da sua condição social. Então, que tempo era destinado por elas ao estudo? E como este era realizado?

A pesquisa de campo foi realizada na UESPI/, Campus Clóvis Moura - CCM nos três turnos de aulas dispostas por esta academia, onde o interesse da pesquisa delimitou as mães acadêmicas que trabalhassem fora e que tivessem filhos em idade de 0 mês a 1 ano de idade, o que se justifica por ser uma idade em que exige da mãe um cuidado mais específico. Após o período de licença maternidade as mães retomam suas atividades o que passa por transformações ou não, pois, relativamente crianças de até 1 ano são amamentadas, causando assim uma preocupação e culpa nas mães por terem que se ausentar. Por outro lado, há mães que optam em não usufruir a licença maternidade para concluírem logo o curso.

Definiu-se a organização da pesquisa em quatro etapas de estudo: 1º- pesquisa e leitura para melhor consistência da mesma; 2º- contagem (quantificação) de alunos e seleção de mães para aplicação de questionários; 3º- entrevista com as mães selecionadas para o relato de experiências; 4º- conclusão da pesquisa.

Durante dois meses foram coletadas informações acerca da quantidade de alunos por curso para a quantificação por gênero, através de questionário às mães encontradas em vinte e seis turmas pesquisadas no campus, independente da idade dos filhos. Para maior precisão definiu-se como amostra o grupo constituído de mães de crianças com idade entre 0 mês e 1 ano de idade. Contabilizando 6 turmas do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (manhã, tarde e noite); 3 turmas de Matemática; 3 turmas de Geografia; 3 turmas de Letras Português; 2 turmas de Bacharelado em Administração; 3

turmas de Ciências Contábeis; 4 turmas de Direito e 2 turmas de História, perfazendo um total de vinte e seis turmas pesquisadas e com total de 1.092 alunos nos três turnos. Sendo que, no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia estavam matriculados 202 alunos, dentre eles 181 mulheres, deste total de mulheres 62 são mães, sendo o curso com maior número de mulheres e mães.

Cursos	Qt. turmas	Qt. mulheres	Qt. mães	Qt. homens	Total de alunos
Administração	02	70	03	82	152
C. Contábeis	03	51	07	77	128
Direito	04	39	05	54	93
Geografia	03	53	02	113	166
História	02	30	04	56	86
L. Português	03	122	15	10	132
Matemática	03	16	04	122	138
Pedagogia	06	181	62	16	197

Fonte: pesquisa direta

A quantidade de mães nesta tabela foi coletada especificamente com discentes de frequência regular. As turmas de Pedagogia possuem o maior número de mulheres e mães em relação aos outros cursos, portanto a pesquisa foi realizada com alunas do curso de pedagogia nos três turnos.

As entrevistas realizadas com as mães selecionadas para a pesquisa foram coletadas durante dois meses, através de perguntas orais, primou-se por relatos do cotidiano com recurso do gravador que foram transcritos posteriormente de forma concatenada formando assim toda a harmonização das idéias. Foi necessário ir ao encontro das mães ora em seu ambiente de trabalho, ora em sua residência e/ou na universidade, em decorrência do pouco tempo que dispunham para colaborar com a pesquisa. Atribuí uma linguagem poética para nomeá-las com nomes de flores, por

compreender a diversidade e ao mesmo tempo a particularidade das mesmas, assegurando o sigilo quanto às suas respectivas identidades, atendendo ao item III, que aborda os critérios de ética na pesquisa, contidos na Resolução 196/96 – CNS/MS.

Relações de gênero na história e no campus Clovis Moura

Falar sobre o gênero feminino vai além da condição biológica, o descortinar da historiografia de gênero, deve-se ao fato da preocupação de historiadores com as minorias, e com culturas oprimidas, principalmente, com o movimento feminista como relata Michelle Perrot, uma das principais investigadoras da história feminina (MICHELLE PERROT, 1994 *apud* CASTELO BRANCO, 2005, p. 32).

No início do século XX ocorreram transformações no Brasil advindas da industrialização e o movimento feminista as quais ecoaram e influenciaram cidades longínquas como Teresina no Piauí. As ideias de liberdade, autonomia e capacidade ecoaram para São Paulo e Rio de Janeiro através da imprensa da época onde as mulheres mais abastadas aproveitaram o momento para expor seus pensamentos, sentimentos e anseios sobre a situação em que viviam na condição simplesmente de mães e donas de casa. Contudo, esta emancipação de pensamentos e ações não seria aceita tão pacificamente, conforme o relato de Campus, educador português (CAMPUS, 1921 *apud* ALMEIDA, 1998, 32) que disse

queremos que mulher aprenda e saiba, e achamos bem que ela advogue e politique se tanto lhe dá gosto. Mas se a falência da escola como educadora moral se acentua de dia para dia e em toda parte; se o mesmo progresso da justiça social reclama que cada mulher tenha seu próprio lar e amamente o seu filho, em lugar de vencer a sua força e seu leite aos lares e aos filhos alheios, se enfim a espécie humana quer durar, progredindo e melhorando, parece então que, além de médicas, advogadas e deputadas, convém haver também algumas mães e algumas donas de casa, pelo menos enquanto o socialismo nos não apresente um modelo garantido de chocadeira para bebês e a amostra de um lar governado com toda dedicação, todo amor e toda poesia, por funcionários pagos pelo Estado. Até lá, a melhor mestra das futuras mães será a mãe, e a melhor escola para donas de casa, a própria casa burguesa – e não o convento, nem o liceu oficial.

Em Teresina, no século XX, as mulheres encontravam-se divididas entre as novas ideias de emancipação e as tradicionais imposições feitas pela sociedade arcaica que lhe

impunha o dever santo de mãe e esposa, as quais defendiam que o lugar da mulher deveria ser o espaço doméstico. As reformas educacionais aconteciam, mesmo sem aprovação da igreja católica que detinha o papel de direcionar a moral e os bons costumes das moças e senhoras da sociedade (CASTELO BRANCO, 2005).

Como resultado das reformas educacionais de 1920, iniciara uma discussão acerca do celibato para as moças que resolvessem ser professoras primárias, uma das profissões mais bem vistas para as moças de família da época. Em 1921, João Luiz Ferreira, governador do Piauí, reforma a instrução pública e propõe:

Art. 23. Para as nomeações de professoras se exigirá certidão de seu estado civil quando viúva, e as solteiras quando menores, deverão provar que tem licença de seus pais ou tutores pra exercer o magistério. Art. 24. A prova de não ser casada a candidata ao magistério público poderá ser feita por qualquer autoridade judiciária ou Secretario de Estado da Polícia. Art. 25. A professora normalista ou não que se casar em primeiras ou segundas núpcias perdera ipso facto o cargo do magistério publico para que fora nomeado, cumprindo ao Diretor Geral da Instrução pública levar o fato da realização do casamento ao Governador do Estado, logo que tenha conhecimento, a fim de que seja declarado vago o referido cargo. (OLIMPIO, 1922 *apud* CASTELO BRANCO, 2005, p. 103).

A condição de mãe, com a responsabilidade de criar filhos as isola na esfera doméstica, já instaura uma exclusão do social o qual é dominada pelo gênero masculino (CHODOROW, 1990 *apud* CARVALHO, 1999, p. 26). Estas raízes são fortes, desde a burguesia onde a esfera do privado¹ não exigia conhecimentos especializados nem instrução educacional como cuidar de filhos, lavar, passar, enquanto que na esfera pública² todos os saberes políticos e sociais necessários a uma instrução eram oferecidos aos homens (CARVALHO, 1998).

CONCLUSÃO

Do grupo de mães acadêmicas foram entrevistadas 62 dentre estas; 49 são casadas e/ou convivem maritalmente com seus esposos, de acordo com as respostas obtidas enfrentam mais dificuldades que as solteiras, pois além do trabalho fora de casa, as atividades acadêmicas e a maternidade ainda realizam rotina doméstica o que as deixa

¹ Esfera privada - termo usado (Carvalho 1999, p. 26) para caracterizar a família e o doméstico.

² Esfera pública - termo usado (Carvalho 1999, p. 26) para caracterizar o social e o político.

bem mais delicada física e psicologicamente envolvendo subjetividades, oito mães solteiras, 03 mães são divorciadas ou separadas e 02 não responderam ao item proposto.

O estudo concentrou-se no grupo de 62 mães/alunas; 54 mães trabalham fora de casa; sendo 43 na área da educação e 11 em áreas distintas, apenas 8 mães não trabalham em espaço privado. Ficou comprovado que a maioria das mulheres não tem ajuda na divisão das tarefas domésticas, ficando assim todo o trabalho doméstico e materno para ser realizado após o expediente de trabalho e/ou no horário da universidade; das 54 mães trabalhadoras 12 destas executam uma jornada de 40 horas semanais e 30 mulheres jornada de 20 horas semanais. Observou-se ainda que a ajuda que lhe é dispensada a maior parte vem dos filhos ou de uma empregada, podendo ser também alguém de sua família que mora na casa e até mesmo o auxílio da mãe (avó da criança). De acordo com as anotações 12 tem ajuda dos filhos e 8 tem ajuda dos maridos, estes “continuam a entender sua participação na esfera do trabalho doméstico sob forma de ‘ajuda’ à mulher e não de divisão igualitária de tarefas” (BUENO, 2005, p.65).

Os homens brasileiros não são cordiais. Na divisão das tarefas domésticas; cozinhar, limpar a casa, lavar e passar roupas e/ou outras atividades de casa os maridos utilizam em média, 2,5 horas por semana, enquanto que as mulheres quase 28 horas semanais realizando estas mesmas atividades; cuidando das crianças, os maridos gastam quase 3 horas, enquanto que as mulheres utilizam mais de 18 horas. “É visível que as atividades masculinas no domínio privado sejam limitadas e seletivas correspondendo às tarefas socialmente mais valorizadas”, (SORJ, 2004 *apud* VENTURI, 2004, p.112).

Indagadas das dificuldades que enfrentavam no dia a dia afirmaram que conciliar as atividades domésticas, de maternagem, trabalho fora de casa e universidade ainda é considerado uma das maiores dificuldades que estas mães enfrentam para prosseguir no curso; 34 mães vivenciam esta experiência, as atividades do espaço público e o privado e, conseqüentemente a falta de tempo está como a segunda dificuldade apontada por 15 mães, outro fator de ordem social, 05 mães são provedoras do lar, contam com a dificuldade financeira em manter o curso, seja pelo deslocamento até o campus, compra de livros ou mesmo de xérox que é uma constante necessidade dos cursos, ainda foi citada a dificuldade de 03 mães em não ter com quem e onde deixar o filho pequeno e 02 mães, relataram não enfrentar nenhuma dificuldade em prosseguir com o curso.

Ao relatarem o motivo da escolha pelo curso de Pedagogia, 40 mães das 62 respondem que gostam e se identificam com o mesmo, 07 dizem ser um curso mais fácil de encontrar trabalho, esta resposta foi mais constante nas turmas de Pedagogia, 07 desejam qualquer curso superior e outras classificam o curso monótono com muitas leituras desinteressantes. Não seria o sentimento de culpa, da ausência do lar e dos filhos que faz o tempo ficar cansativo? (CASTILLA, 1968 *apud* BUENO, 2005, p.46), 06 optam pelo curso para conseguir ascensão na empresa e crescimento pessoal e 02 pelo aperfeiçoamento na área que trabalham.

No que diz respeito à expectativa pelo curso, é grande a quantidade de mães que não tem uma definição concreta do que espera do mesmo. Das 62 mães, 17 não definiram e 1 se absteve da resposta do item. Isto é preocupante no tocante a formação de professor, na metade do curso não construíram sua identidade acadêmica. No entanto, 22 almejam sucesso no trabalho que realizam, 10 desejam conseguir um trabalho com o término do curso, pois acreditam que o mesmo facilitará o acesso ao mercado de trabalho. Entre estas mães, 12 anseiam melhorar de vida seja no aspecto financeiro ou cultural.

Através do problema formulado para o estudo; o papel de esposa e o exercício da maternagem interferem na qualidade da formação acadêmica das mães do campus Clóvis Moura se confirma, quando estas afirmam que ao ficarem separadas de seus filhos pequenos não conseguem produzir o que realmente lhes é proposto pela preocupação, a dupla jornada e as atividades domésticas contribuem para o acúmulo de tarefas tornando seu tempo mínimo de estudo, além da vida conjugal sofrer influências ocasionando transtornos familiares. A formação docente também fica prejudicada, pois estas mães no momento da pesquisa serão futuros professores.

As alunas Rosa e Margarida referem-se à maternidade como renúncia, sendo que maternar, trabalhar fora de casa e estudar são atividades distintas e necessitam de flexibilidade psicológica para administrarem os dois setores alternando situações adversas e esclarecem que sentiram-se prejudicada nas disciplinas oferecidas no período de licença maternidade por estarem ausentes de sala de aula e ainda sugerem uma creche ou berçário anexo a universidade como forma de amenizar sua atividade materna.

De acordo com as relações de gênero que são estabelecidas não só na comunidade onde estão inseridas, mas no contexto histórico a própria sociedade tratou de separar o homem para as atividades públicas devido a justificativa do trabalho e as mulheres para

atividades do privado com o exercício da maternagem, aquelas que suportam a extrema jornada de atividades atribuídas ao gênero feminino se sobressaem são vitoriosas mas ainda são consideradas minorias e aquelas que não conseguem administrar a extenuante carga horária que lhe é conferida sentem-se minimizadas em seu potencial.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.

BUENO, Cléria Britar. **Vivo sempre preocupada: o dilema em conciliar (sem culpa) o trabalho e a maternidade**. Franca, SP: Unifran, 2005

CARVALHO, Marília Pinto de. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas series iniciais**. São Paulo: Xamã, 1999

COLEMAN, William L. **Manual dos tempos e costumes bíblicos**. Minas Gerais: Betânia, 1991

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais**. A condição feminina na Primeira República. Teresina: Ed. Bagaço, 2005

CARDOSO, Elisângela Barbosa. **Múltiplas e Singulares**. História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003

PASTORE, José. **Mulher dos anos 2000**. Jornal da Tarde. Ed. 08/03/2000

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURI, Gustavo. et all. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

VENTURI, Gustavo. et all. **A Mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004